



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA NONA (19ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos dezenove dias do mês de junho do ano dois mil e dezesete realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Décima Nona (19ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos Nota da Secretaria, datada de 19 de junho de 2017. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto de Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler De Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, para que procedesse a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Décima Oitava (18ª) Sessão Ordinária, realizada em 12 de junho de 2017, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Jorge Setoguchi e Cristiano Gaioto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência, deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 68, de 2017, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “dando denominação oficial à Rua 06, localizada no Residencial Reserva da Mata, de Rua Celina Bordignon Adorno”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 69, de 2017, do Vereador Gérson Luiz Rossi Junior, “instituinto, no Calendário Oficial do Município de Mogi Mirim, o Dia Municipal da Conscientização e Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 363/2017 - Assunto: SOLICITO AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES ACERCA DA FALTA DE MEDICAMENTOS NAS UBS'S E AS PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Requerimento Nº 364/2017 - Assunto: Reitero ao Excelentíssimo Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras e Planejamento/Limpeza Pública, a realização de limpeza das guias e sarjetas do Bairro Jardim Brasília, principalmente, na Avenida Capitão João Gonçalves Teixeira e suas adjacências, tendo em vista a altura do mato. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 365/2017 - Assunto: Reitero ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, a pintura de sinalização de solo (embarque/desembarque) de alunos, bem como, implantação de faixa de pedestres, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

frente ao Colégio Educar, na Avenida Padre João Vieira Ramalho, Bairro Jardim Elite. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 366/2017 - Assunto: Reitera ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviços: providências para roçagem do mato e limpeza de toda extensão próximo à Linha Férrea, Zona Leste. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 367/2017 - Assunto: REQUEIRO AO PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, PARA QUE JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE DIVULGUE O CALENDÁRIO DA COLETA DE GALHOS E ENTULHOS EM TODO O MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM. Autoria: CINOÊ DUZO. Requerimento Nº 368/2017 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 303/2017 QUE SOLICITAVA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA ELIANA AGOSTIN, NO JARDIM SBEGHEN. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 369/2017 - Assunto: REQUER AO EXMO. SR. PREFEITO CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, QUE FORNEÇA INFORMAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE MOGI MIRIM NO PROGRAMA MUNICÍPIO VERDE AZUL. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Requerimento Nº 370/2017 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 556/2017 QUE SOLICITAVA A REALIZAÇÃO DE REPAROS NO MEIO FIO DA AVENIDA GUARANI, EM FRENTE AO PONTO DE ÔNIBUS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 371/2017 - Assunto: REQUEIRO INFORMAÇÕES SOBRE O DESPEJO DE ESGOTO IN NATURA NO RIO MOGI MIRIM, PRÓXIMO A PONTE, NA RUA DO MIRANTE. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 372/2017 - Assunto: REQUEIRO INFORMAÇÕES SOBRE O MONTANTE REPASSADO AO MUNICÍPIO DO IPVA NO ANO DE 2017 E RELATÓRIO DA UTILIZAÇÃO DO MESMO. Autoria:



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 373/2017 - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, INFORMAÇÕES SOBRE A FISCALIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS ADOTADOS ACERCA DO COMÉRCIO AMBULANTE IRREGULAR EM MOGI MIRIM. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 956/2017 - Assunto: Solicita ao Exmo. Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno que, por meio da Secretaria competente, realize estudos quanto a possibilidade de implantação de lombada, ou de outra sinalização de trânsito que convier, na Rua Ângelo Bruno, altura do número 380, no Parque das Laranjeiras. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 957/2017 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas na Rua Maestro Carlos Gomes, postes em frente aos números 163, 164 e 174, Bairro Jardim Nossa Senhora Aparecida. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 958/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA FRANCESCO IMPROTA, NO JARDIM SBEGHEN. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 959/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE LIMPEZA E ROÇAGEM NO MATO NAS MARGENS DA RUA FRANCESCO IMPROTA, NO JARDIM SBEGHEN. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 960/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE REDUÇÃO DE VELOCIDADE NA AVENIDA BRASIL, EM FRENTE AO NUMERO 1364. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 961/2017 - Assunto: INDICA AO PREFEITO CARLOS



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

NELSON BUENO E À SECRETARIA DE SAÚDE QUE PROCEDA A TRATATIVAS JUNTO À COORDENAÇÃO DO BANCO DE LEITE DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ITAPIRA E AO SENAC, PARA INSTALAR UMA SALA DE COLETA DE LEITE HUMANO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOGI MIRIM. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Indicação Nº 962/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA AVENIDA SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 963/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA MATO GROSSO, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 964/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA BAHIA, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 965/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA JOSÉ BIZIGATTO, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 966/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA ESPÍRITO SANTO, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 967/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA AMAZONAS, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 968/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE LIMPEZA E ROÇAGEM NO MATO NAS MARGENS DA RUA LINHA DA PENHA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Assunto: MOÇÃO DE PESAR, com um minuto de silêncio, pelo falecimento de RENATA MACHADO SOARES, ocorrido no dia 11 de junho de 2017. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Moção Nº 150/2017 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA JOVEM AMANDA MARIA DE OLIVEIRA BARBOSA, OCORRIDO NO DIA 10 DE JUNHO DE 2017. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS, TIAGO CÉSAR COSTA. Moção Nº 151/2017 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO EX VEREADOR JOSE OTAVIO FRANCO DE CARVALHO, OCORRIDO DIA 14 DE JUNHO DE 2017. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 152/2017 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO, PELO FALECIMENTO DO SENHOR NELSON ROSSATTO, OCORRIDO NO DIA 13 DE JUNHO DE 2017. Autoria: MOACIR GENUARIO. Moção Nº 153/2017 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES PELA INAUGURAÇÃO DA SALA DE COLETA DE LEITE HUMANO, NO CENTRO DE ATENDIMENTO À MULHER DE MOGI GUAÇU, EM 12 DE JUNHO DE 2017. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, datados de 12 de junho de 2017, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, Danilo Zinetti, respectivamente, respondendo a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

respeito do Indicação nº 813/2017; Indicação nº 835/2017; Indicação nº 814/2017; Requerimento nº 307/2017; Indicação nº 816/2017; Indicação nº 828/2017; Indicação nº 053/2017; Indicação nº 713/2017; Indicação nº 415/2017; Indicação nº 625/2017; Indicação nº 495/2017; Indicação nº 331/2017; Indicação nº 392/2017; Indicação nº 400/2017; Indicação nº 330/2017; Indicação nº 752/2017; Indicação nº 255/2017; Indicação nº 827/2017; Indicação nº 791/2017, desta Edilidade; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra, no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra, Questão de Ordem, o Vereador Geraldo Vicente Bertanha, Líder do Governo, para justificar a ausência, na Casa, do Chefe de Gabinete do Prefeito, Danilo Zinetti, que fora convocado, para prestar esclarecimentos. O Líder do Governo comunicou que o senhor Danilo Zinetti tinha sido exonerado do cargo, na data, aguardando-se, então, o futuro substituto ao cargo, para posterior comparecimento. A seguir, fez uso da palavra o Vereador André Albejante Mazon, que, desde logo, registrou a presença, nas galerias, do senhor Adevanil Moreira, ex-vereador, em Estiva Gerbi, atual Diretor da União de Vereadores do Estado de São Paulo – UVSP, e do senhor Vereador Matheus Mafepi, Presidente da Câmara de São José do Rio Pardo. Depois, falou sobre a queda de qualidade e sobre a mudança ocorrida, na gestão da empresa Santa Cruz, concessionária dos serviços de transporte coletivo, no município, e denunciou, que o atual gestor estava mandando embora os cobradores da empresa, cerca de vinte profissionais. Explicou, que além da queda, na qualidade do serviço, haja vista o papel crucial do cobrador, para a boa qualidade do transporte, havia também, a questão social, que tinha sido considerada, quando da contratação do serviço, bem como sublinhou a existência da Lei nº 3.101, cujo artigo 31,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dispunha sobre a obrigatoriedade da presença de um cobrador, dentro do ônibus, no transporte coletivo, logo, além de imoral, a atitude de despedir os cobradores era ilegal. O vereador cobrou por providências imediatas, na tentativa de preservar o emprego dos profissionais e do cumprimento da lei, bem como do licitado, e disse que apresentaria projeto de lei relativo ao assunto, tornando a obrigatoriedade também municipal. Como os próximos oradores inscritos, Vereadores Cinoê Duzo e Cristiano Gaioto, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele se dirigiu, primeiramente, ao Vereador André Mazon, explicando que também se preocupava com o assunto do transporte coletivo, que já tinha apresentado requerimentos sobre o assunto, todavia, sem qualquer resposta, por parte da empresa, e que, soubera ainda, a empresa Santa Cruz já entregara os serviços da concessão a uma segunda empresa, de nome Benfica, e esta, para uma terceira empresa, de nome Fênix, e conjecturou, desejoso de que as demissões talvez fossem resultado de algum acordo trabalhista. Na sequência, comunicou mais mudanças ocorridas no primeiro escalão de governo, envolvendo os nomes do Dr. Carlos Marrichi Júnior, que passara a ser o Assessor Jurídico exclusivo do Gabinete do Prefeito; do Dr. Danilo Zinetti, Chefe de Governo; do Dr. Guto Urbini, que passara a acumular a Secretaria de Suprimentos, ao lado da Chefia de Gabinete do Prefeito; do Dr. Tiago Toledo, que passara a acumular, junto à pasta da Segurança, também a pasta Jurídica, e do GCM Paulo Moraes, que passara a ser o novo Comandante da Guarda Civil Municipal – GCM. Na sequência, tratando de outros assuntos, falou que fizera um levantamento e calculara, que seriam injetados, na economia da cidade, através das ações do Solidarietà, seu partido, cerca de oitenta mil reais, por meio dos cursos profissionalizantes, que tinham sido conseguidos por ele, junto à Secretaria Estadual de Relações de Emprego e Trabalho. Comunicou ainda, que no próximo dia 28 de julho, teria lugar a formatura da primeira turma de profissionais, com cinquenta e oito formandos, bem como anunciou o início de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mais dois novos cursos, no dia 29, ambos para serem cursados, com ajuda de custo. Explicou, para finalizar, que a ingestão de oitenta mil reais, diretamente na economia do município, dava-se em razão de a Secretaria Estadual contratar os professores do ICA, da bolsa auxílio e da bolsa transporte, que eram concedidas aos alunos. O próximo orador foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Junior, que citou o dia 26 de julho, Dia Mundial de Combate às Drogas, e mencionou as ações que estavam sendo empreendidas, na Cracolândia, em São Paulo, pela prefeitura da Capital, para a retirada dos usuários e moradores de ruas. Destacou, que a ação da prefeitura estava fazendo surgir minicracolândias, novos espaços para usuários, que eram muitos os problemas sociais, mas que era imprescindível a criação de políticas públicas, antes que cracolândias, como as da Capital, instalassem-se nas cidades de médio e pequeno porte, do interior, e lembrou requerimento, de sua autoria, apresentado no início do ano, solicitando a criação o COMAD – Conselho Municipal de Defesa e Prevenção às Drogas, ainda sem portaria de nomeação. Falou da importância do conselho e de políticas de combate às drogas e apelou ao Líder de Governo, Vereador Geraldo Bertanha, que solicitasse ao Prefeito e à Secretária de Assistência Social a instalação do conselho, urgentemente. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi, que, de início, registrou a pessoa do senhor Antônio José Leonello, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural, presente nas galerias, o qual trazia sua preocupação, com o fechamento do Posto de Saúde da Família - PSF Córrego Azul, na zona rural. O vereador Jorge solicitou ao Líder de Governo, Vereador Geraldo Bertanha, que rogasse ao Prefeito, pela reabertura do PSF, e, sobre outro assunto, sublinhou indicações, de sua autoria, sugerindo a operação tapa buracos, para várias ruas da cidade, dentre elas, a Avenida da Saúde,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Bairro Santa Cruz. Registrou, finalizando, requerimento de sua autoria, solicitando fiscalização, por parte da Prefeitura, ao comércio ambulante, na cidade, a fim de elencar os ambulantes e preservar o recolhimento dos tributos municipais. Novamente na direção dos trabalhos, o Presidente da Câmara facultou o uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares, que cumprimentou os vereadores de outras cidades, presentes na sessão, e, ato contínuo, também versou sobre a concessionária de transporte coletivo, esclarecendo que tinha recebido várias reclamações sobre o péssimo estado de conservação dos ônibus, reclamações as quais ele fora verificar, constatando assim, num único dia de pesquisa, quatro ônibus quebrados, estacionados, em vários pontos da cidade, e mais um desses, “parado”, em frente ao Supermercado São Vicente, por falta de combustível. Aclarou, que faria o flagrante das futuras denúncias, com fotos, e sugeriu aos Vereadores Geraldo, Gerson e André fosse feita uma reunião, para trato do assunto. Sobre outras abordagens, citou denúncia de descarte ilegal de medicamentos, que estava sendo feita às margens da Rodovia André Franco Montoro, a qual ele iria melhor apurar, junto à Secretária de Saúde, para distinguir se eram medicamentos da rede pública, ou não, e agradeceu aos pares, pela aprovação do Requerimento nº 372/2017, de sua iniciativa, que tinha requerido, ao prefeito, informações sobre o montante do IPVA repassado ao município, no ano de 2017, e o relatório da utilização do mesmo. Explicou, que a cidade tinha inúmeros buracos, setecentos tinham sido abertos pelo próprio SAAE, e disse que o montante do IPVA poderia, justamente, ser utilizado para a manutenção do asfaltamento. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco, que procedeu um discurso de críticas à Secretaria de Saúde, onde era locado, como funcionário público, há onze anos. Inicialmente, ele criticou a gestão do ex-prefeito Gustavo Stupp. Lembrou que, pela Secretaria de Saúde, durante a gestão Gustavo Stupp, haviam passado cinco secretários, que, àquela época, a secretaria não tinha insumos e materiais, para atender aos pacientes, sequer



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

papel higiênico, e que, a situação tinha sido muito humilhante aos pacientes da rede, enquanto que, no Gabinete do Secretário, fosse ele quem fosse, dos cinco que por lá tinham passado, havia sempre papel higiênico e sabonete para lavarem as mãos. Clamou ao povo, que prestasse maior atenção naquele que elegia, para chefiar a cidade, e contou que, para o funcionário público, também tinha faltado papel higiênico; que o funcionário tinha que trazer o papel higiênico de casa e narrou um episódio, que acontecera, com ele próprio, de quando tivera de sair correndo do trabalho, para ir ao banheiro, em sua própria casa, haja vista a falta de papel. Acentuou que, quando uma gestão municipal era corrupta, o funcionário público era sempre o que mais sofria, pois era “perseguido, massacrado e humilhado”, que fora isto, que ocorrera, nos quatro anos da gestão Stupp, e, para concluir, citou trechos bíblicos dos Livros de Apocalipse, 3,17, e Romanos, 8,36. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela fez referência à presença do senhor José Leonello, Presidente do Conselho Rural, e disse que Secretária de Saúde, Dra. Rose Silva, tinha sido convidada a vir à Câmara, já por duas vezes, sem ter comparecido, e que, ela poderia explicar à Casa, dentre outras coisas, sobre a questão do fechamento do PSF Córrego Azul e, principalmente, como ficaria o atendimento da nova UPA 24 horas, informando se ela pretendia reduzir os funcionários das UBSs, para transferi-los à nova UPA, se a secretaria estava estruturada, para o atendimento do número pretendido de cento e cinquenta consultas/dia, e esclarecer mais outras indagações, as quais a secretária “tinha por obrigação responder” aos vereadores. A vereadora exigiu a presença da secretária, para a próxima sessão, sem mais escusas, solicitou providências, neste sentido, ao Líder do Governo e ao Presidente da Câmara, pois o a vereadora desejava obter informações, antes da inauguração da UPA. Para concluir, parabenizou o Vereador André Mazon, neto do fundador da Viação Santa Cruz, pelas colocações que tinha feito, denunciando dispensas na empresa terceirizada, e rogou pela



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

diminuição do valor da tarifa do transporte coletivo, a mais alta da região, bem como pelo retorno da Tarifa Social de um real. O próximo orador foi o Vereador Moacir Genuario. Ele, primeiramente, empenhou seu apoio à solicitação da vereadora Maria Helena, para a presença urgente, na Casa, da Secretária de Saúde, Dra. Rose Silva, para dirimir dúvidas relativas à inauguração da UPA zona Leste e outras situações da área da saúde. Ato contínuo, agradeceu aos funcionários das Secretarias de Planejamento e de Cultura, pela colaboração, ajuda e empenho, na realização de evento religioso, com lugar no Espaço Cidadão. Sobre o tópico do transporte coletivo da cidade, sugeriu ao Vereador André Mazon a formação de uma CPI, para investigação do assunto, e ainda, denunciou atos da concessionária, cujos ônibus invadiam e transitavam no Espaço Cidadão, como se lá fosse “uma rua”, danificando o piso já precário, e culpou a ausência de qualquer fiscalização, por parte da Prefeitura, além de registrar outros problemas, que envolviam a concessionária, denúncias já citadas, por vários vereadores, em ocasiões diversas. Falou ainda, sobre a realização de mais uma Feira do Brás, mas esclareceu que, diferentemente das anteriores, a feira seria realizada pela associação de Martim Francisco, no pleno cumprimento da nova lei municipal, que norteava o assunto, a qual, ele mesmo, vereador, tinha votado e aprovado, recentemente. Sublinhou, que os feirantes não queriam descumprir a lei, de modo algum; que nada fora feito ao revés da lei, que os feirantes tinham buscado o aval do Corpo de Bombeiros, o qual lhes fora negado, e comunicou que estava acompanhando o assunto, junto à prefeitura, dentro de toda a legalidade, sempre à disposição de qualquer munícipe. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, que também versou sobre o transporte coletivo de Mogi Mirim, atentando-se ao péssimo estado de conservação os ônibus. Citou, que o contrato de concessão, por vinte, ou trinta anos, tinha sido vencido pela empresa Santa Cruz, quando da licitação, e perguntou se havia cláusula, onde a Viação Santa Cruz pudesse sub-repassar a concessão; que, no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

seu último mandato, 2009 até 2012, verificara ele próprio, através de planilhas, que a Viação Santa Cruz operava, realmente, no prejuízo, e que, durante o Governo de Gustavo Stupp, sem qualquer publicidade, a concessão tinha sido sub-repassada à Viação Benfica, que, por sua vez, repassara-a à Viação Fênix, numa situação temerária, cujo fim, certamente, traria ônus para a prefeitura de Mogi Mirim. Disse, que iria estudar a fundo o contrato de concessão, para evitar mais prejuízos ao povo de Mogi Mirim, lembrou que, nas décadas de setenta e de oitenta, somente ônibus novos rodavam pela cidade, equipamentos e transporte de qualidade, situação muito contrária à atual. Depois, registrou agradecimentos à Secretária de Obras, Renata Furigo, pela limpeza efetuada no “lixão”, em Martim Francisco, afirmou que o povo estava agradecido e acentuou que eram ações, tais como essa, que mostravam a diferença entre o antigo e o atual governo municipal. Também teceu agradecimentos à Secretária de Saúde, Dra. Rose Silva, pois sempre que necessário ele tinha sido atendido pela gestora da pasta e sublinhou acreditar que, talvez a demora, em atender a Câmara, advinha da vontade que a administração tinha de deixar tudo pormenorizado, na busca de fazer um trabalho de excelência e digno, na implantação da nova UPA zona leste. O Vereador pediu, em derradeiro, que se criticasse menos, que fosse mudada esta forma de política, de apenas críticas, as quais não levavam a lugar algum, e disse que, certamente, a Secretária de Saúde, Dra. Rose Silva, viria à Casa, prestar todas as informações sobre sua pasta e sobre a inauguração da UPA zona leste. Como os próximos oradores, Vereadores Samuel Nogueira Cavalcante e Sônia Regina Rodrigues, inscritos, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Tiago César Costa. Ele falou acerca da última gestão municipal, do ex-prefeito Gustavo Stupp, gestão que tinha deixado uma herança difícil, para a cidade e para a Câmara Municipal. Explanou, que os atos do passado se refletiam nos dias atuais, como era o caso da locação do Palácio de Cristal; que por mais que os novos vereadores tentassem trazer mudanças, era difícil mudar



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

práticas consolidadas, em apenas seis meses de mandato; que o povo tinha que entender sua participação também, que era importantíssima, tanto na hora do voto, quanto à presença, acompanhando as sessões, na Casa de Leis, para “saber quem era quem”; que Mogi Mirim tinha a tarifa de água mais cara da região e a CIP mais cara do Estado, tudo isto, um reflexo do que tinha sido votado, na Casa, no passado; que, agora, a Mesa da Câmara buscava resolver a questão do aluguel do Palácio de Cristal, mas a quebra do contrato poderia trazer um prejuízo de mais de seiscentos mil reais à municipalidade, logo, qualquer ação tinha que ser muito bem pensada, principalmente, num momento de crise, como o atual; que os vereadores, enquanto fiscalizadores, tinham a obrigação de cuidar do dinheiro do contribuinte; que a atual composição da Câmara buscava trazer transparência aos atos do Poder Legislativo, coisa que, por muitas vezes, não tinha acontecido, no passado; que não se devia ratificar erros do passado, para que a população confiasse cada vez mais no político; que era importantíssimo ao povo saber distinguir os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, porque, depois de enganado, nas urnas, o povo pensava que os três Poderes eram “um bolo só” e lembrou que os poderes eram independentes entre si; que a mentira política, que fora plantada, na cabeça do povo, tinha feito com que os Poderes se misturassem, trazendo a “baderna” que se via nos dias atuais; que o grande desafio do momento era mostrar a independência do Poder Legislativo, no sentido de fiscalizador do Poder Executivo e legislador do bem comum; que, baseado nisso, os vereadores do PMDB tinham feito uma fiscalização e averiguado uma “farra”, que tinha sido impetrada, no governo anterior, referente ao pagamento de diárias, no campo da saúde; que eles tinham sido ajudados, na apuração de dados, por um funcionário do setor, de nome Carlinhos, que os ajudara a “desmantelar uma verdadeira quadrilha”, a qual tinha pagado diárias fictícias aos motoristas e, até hoje, “ninguém sabia para onde tinha ido o dinheiro”; que o Ministério Público já estava acompanhando a situação, detentor de documentos, que o MP



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

buscaria os responsáveis, para os punir, e que, esperava a Justiça punisse quem tinha a culpa sobre tais fatos, pois o papel dos vereadores era este, ou seja, o de fiscalizar. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **NOTA DA SECRETARIA – NÃO CONSTA MATÉRIA** a ser deliberada pelos nobres edis. Posto isto, o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador André Albejante Mazon, que abordou problemas de falta de iluminação e de ligação de água relativos à praça pública, situada no Jardim Flamboyant, relatando que já apresentara propositura a respeito, bem como ofício, e que, a população, não suportando esperar ações, por parte do Poder Público, fizera uma cotização e instalara, ela própria, doze lâmpadas, na praça, ao custo de cem reais, por lâmpada, bem como tinha executado outras atitudes, tais como, poda da grama e o plantio de flores. Para concluir, o vereador pediu mais empenho, por parte do Gabinete do Prefeito, na solução dos problemas da população, e parabenizou a população do Jardim Flamboyant, pelo “ato cívico e exemplo de civismo”, no tocante à revitalização da praça pública. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Agradeceu todas as pessoas envolvidas nas festas juninas das entidades assistenciais e beneficentes da cidade, pessoas que “atuavam nos bastidores”, as quais exerciam um trabalho árduo, colaborando, de alguma forma, para o sucesso das festas, e citou a tradicional festa do Educandário Juca Andrade, como exemplo, de atuação de tais



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

peessoas, na doação ao ser humano. Disse que as pessoas não deveriam murmurar, por coisas pequenas, quando, ao redor, haviam outras pessoas, as quais não conseguiam suprir suas necessidades básicas e pediu, de modo geral, que se reclamasse menos e se agradecesse mais. Na sequência, denunciou atos de vandalismo, que estavam acontecendo, no Complexo Lavapés, desde o início do ano, já por três vezes, tais como, roubo de fiação elétrica, e lembrou, que o complexo era o único local de reunião, para lazer do mogimiriano. Falou, que os vândalos só pensavam em destruir, que a prefeitura fazia os reparos, mas os vândalos retornavam e roubavam ainda mais, atuando também, na escolinha de futebol do complexo e narrou ainda, a onda de crimes, nos arredores do complexo, na Vila Bianchi, na CECAP, onde a população se reunira, junto ao CONSEG, e a segurança melhorara. Disse, que o trecho aos arredores ainda envolvia EE Sinhazinha, uma creche e a entidade Incentivo à Criança e Adolescente – ICA, sendo assim, de extrema importância a pinguela, pequena ponte, que fazia a ligação entre os dois lados do complexo, permitindo o fluxo de pedestres, local muito utilizado que, permanecendo na escuridão noturna, favorecia a ação dos meliantes. Solicitou à administração estudos, na tentativa de mudar o padrão de energia, passando-o para dentro do campo de futebol, na tentativa de dificultar a ação dos marginais. Para encerrar, mencionou vídeo, que assistira, na rede social, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, o qual mostrava os sequenciais roubos à creche do CAIC, e citou o plano de monitoramento pretendido pela Vereadora Sônia Rodrigues, como de fundamental importância, para coibir e colaborar na redução da criminalidade, e ainda, pediu à população, que denunciasse atos de criminalidade, colaborando com as autoridades. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Cristiano Gaioto. Ele teceu explicações sobre a correção salarial exercida na Câmara, a qual envolvera também, o subsídio dos vereadores, que fora corrigido. O vereador citou, que levava o assunto à sua base eleitoral, que as diversas pessoas, as quais



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

consultara, sem adentrar no mérito da questão, se legal, ou ilegal, haviam lhe pedido a revogação da correção aprovada, e que, ele, então, propusera, em reunião da Mesa, a revogação do item, que corrigia o salário dos edis. Portanto, o vereador solicitava ao Presidente da Câmara, uma reunião, para logo após o término da sessão, em curso, a fim de que todos os vereadores pudessem se reunir e decidir, qual conduta adotar. Para finalizar, congratulou-se com os novos secretários anunciados, Guto Urbini e Tiago Toledo, desejando-lhes um trabalho profícuo. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha, que fez alguns comunicados. Dirigindo-se ao Vereador Cristiano Gaioto, comunicou-lhe que o dinheiro relativo ao subsídio do transporte universitário tinha sido depositado, em conta, na semana passada, devendo estar na conta do estudante no decurso desta. À Vereadora Maria Helena Scudeler ele informou que a Dra. Rose Silva, Secretária de Saúde, atenderia à solicitação feita e estaria presente, na Casa, na próxima segunda-feira, às 18h30, para trato de assuntos relativos à sua pasta e para responder aos questionamentos dos edis. Sobre o fechamento do PSF do Córrego Azul, o Vereador Geraldo informou ao Vereador Jorge Setoguchi, que a notícia era infundada, segundo informara a própria secretária, via mídia social. Quanto ao transporte coletivo, dirigiu-se aos Vereadores André e Orivaldo e disse que detinha a cópia do contrato de concessão do serviço, pois o estava estudando também, e colocou a cópia à disposição dos demais edis, informando, igualmente, que ele também aguardava informações acerca da tarifa e sobre as planilhas, pois recebia reclamações diárias sobre o assunto, em seu programa de rádio. Sobre os moradores de rua, colocou ao vereador Gérson, que há duas semanas ele tinha solicitado informações sobre o Centro Dia do Idoso, localizado na Santa Clara, e que, extraoficialmente, fora informado de que a prefeitura iria utilizar o local, como futuro albergue provisório. Ainda sobre os moradores de rua, disse ter recebido denúncia de alguém, que ficava num certo cruzamento de ruas, praticando malabares, com facas, armas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

brancas, pessoa esta, enfim, que fora detida pelas autoridades, para averiguações, tendo-se constatado, então, que a pessoa detinha passagem pela Polícia. Isto levou o vereador a se preocupar e pedir atenção, pois a cidade estava recebendo, diariamente, muitos moradores de rua, pessoas que vinham de outras localidades. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi, que agradeceu ao Vereador Geraldo Bertanha os esclarecimentos trazidos, relativos ao fechamento do PSF do Córrego Azul, na zona rural, os quais trariam tranquilidade àquela população. Retomando a direção dos trabalhos, o Vereador Jorge Setoguchi, Presidente da Câmara, facultou o uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares, que tratou de assuntos da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros, a qual presidia, explanando que a comissão realizara sua primeira reunião e que, a comissão enviaria ofício à Secretária de Planejamento, Paula Zeferino, para obter a relação dos loteamentos irregulares e a listagem, de quais desses, integravam o Programa Cidade Legal, do Governo do Estado, em parceria com a prefeitura. Ato contínuo, versou sobre a nova UPA zona leste, destacando que morava na vizinhança da nova UPA; que, assim como os outros vereadores, ele estava preocupado; que, certamente, ele seria cobrado por informações e as reclamações seriam muitas; que ele desejava as coisas corressem bem; que ele visava a implantação do Bilhete Único, que a Secretária Leila Iazzetta estava estudando o caso, e que, a maior preocupação era mesmo a informação de um possível deslocamento de funcionários das UBSs, para a nova UPA, desfalcando os postinhos. Versou ainda, sobre a creche do NIAS, relatando que sua inauguração tinha sido prevista para setembro de 2013; que ele já apresentara vários requerimentos sobre o assunto, relativos às cento e vinte vagas que se abririam e questionando o pagamento dos funcionários da empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

terceirizada, que tinham ficado “parados”, por quatro anos; que a situação estava precária, a creche abandonada, sem nunca ter sido utilizada, necessitada de reformas, local que, atualmente, abrigava vândalos, usuários de drogas e atos de prostituição, sendo alvo de mais de cinco Boletins de Ocorrência, somente no ano de 2017, tendo vários ofícios, por ele subscritos, sido encaminhados à Secretária de Educação; que, no último sábado, a creche fora alvo de incêndio, que tudo indicava ter sido criminoso; que todo o abandono na creche do CAIC, mato alto e sujeira, refletia num maciço ataque de pernilongos contra a população daquela vizinhança, população que temia a Dengue, que ele fizera novo ofício, este endereçado à Secretaria de Saúde, clamando por providências, bem como fizera ofício à Secretaria de Segurança, solicitando atitudes, e que, estava aguardando respostas e soluções até agora, sem manifestação por parte dos secretários. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco, que registrou a presença, nas galerias, do funcionário Carlinhos Prado, motorista da saúde, seu colega de trabalho, e também abordou a questão da “Máfia das Diárias”, trazida pelo Vereador Tiago Costa. Sublinhou que ele, também motorista da Secretaria de Saúde, por diversas vezes, tinha sido obrigado a transportar pacientes de Mogi Mirim, para outras cidades, sem o dinheiro da diária, ficando ele “sem ter o que comer na estrada”. Parabenizou o colega Carlinhos, pela coragem de ter denunciado, e pediu ao Vereador Tiago, que chegando ao final das investigações, descobrisse “para onde tinha ido o dinheiro das diárias dos motoristas”. O vereador também abordou a questão dos ônibus circulares e do transporte público coletivo, dizendo que ele também recebia diversas reclamações, sobre o péssimo estado de conservação dos veículos, bem como sobre a falta de veículos adaptados aos deficientes físicos. Falou ainda, do atraso do pagamento dos salários dos funcionários da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, lembrou que os funcionários eram pais de família e tinham contas a pagar e pediu por esclarecimentos, haja vista que não era justo ao funcionário trabalhar e não receber, no final do mês. Trouxe



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

também a situação do transporte na área da saúde, afirmando que veículos, que deveriam ser utilizados somente para o transporte de pacientes, dentro do município, estavam sendo utilizados para o transporte intermunicípios, bem como frisou a falta de veículos, em geral. Por fim, disse que não aceitaria “balelas”, que diziam “Marcos Gaúcho é Vereador e trabalha lá”, na Secretaria de Saúde, porque ele faria denúncias sobre “a sem-vergonhice”, que existia na Secretaria de Saúde, desde o Governo Stupp, até agora, e sublinhou, que ele próprio já sugerira uma acareação ao Prefeito, entre o supervisor do transporte, a secretária e ele, vereador, porque o gestor da pasta tinha que ouvir o encarregado pelo transporte, a pessoa que entendia, realmente, do ofício, e, por outro lado, o encarregado deveria ouvir o secretário, logo, deveriam ambos ter menos orgulho, a fim de se estabelecer acordo, pois o verdadeiro prejudicado era a população de Mogi Mirim. Como os próximos inscritos, Vereadores Maria Helena Scudeler de Barros, Moacir Genuario, Orivaldo Aparecido Magalhães e Samuel Nogueira Cavalcante, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereador Sônia Regina Rodrigues. A vereadora, fazendo referência aos furtos e roubos, em creches e outros, mencionou seu projeto de instalação de câmeras de segurança, em pontos estratégicos da cidade e em escolas públicas, comunicando que recebera uma resposta positiva do Poder Executivo, relativa à implantação dos equipamentos nas escolas. Sobre a área de saúde, disse que aguardava, para o dia seguinte, uma resposta do Presidente da Caixa Econômica Federal, a respeito de visita que fizeram, o presidente e ela, na Santa Casa local, haja vista o grande número de pessoas contidas na lista de espera, aguardando há meses as cirurgias eletivas. Cobrava agilidade, pois a população reclamava e ela esperava que a secretária, quando de sua estada, na Câmara, trouxesse boas notícias. O próximo orador foi o Vereador Tiago César Costa que, desde logo, solicitou que a reunião, sugerida pelo Vereador Cristiano, para trato de possível revogação da correção do subsídio dos vereadores, realizasse-se no plenário, para “evitar salas secretas”, ou críticas, por



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

parte da imprensa. Explanou ainda, sobre o reajuste, registrou que nada fora feito às ocultas, mas que tinha sido dada ampla publicidade e transparência dos atos da Câmara, tanto em plenário, quanto na publicação, no Diário Oficial do Município, logo, se o assunto necessitava ser revisto, ele seria revisto, pelo vereador, sem demais problemas. Frisou que os vereadores não estavam na ilegalidade, pois o Poder Legislativo tinha apreciado a lei, de forma transparente, muito ao contrário do que tinha feito o Poder Executivo, que reajustara o salário do Prefeito, da Vice e seus secretários, sem qualquer divulgação, transparência, ou publicação do Diário Oficial do Município, ferindo assim, o Princípio da Publicidade. Disse que com apenas seis meses de legislatura seria muito difícil consertar dez anos de prática, quinze anos de má prática, que existia não somente em Mogi Mirim, mas em todo o país, que os erros do passado não deveriam justificar a falta de correção nos erros atuais, ou mudança de paradigmas, que se ele estivesse errado, em qualquer ponto, voltaria atrás, sempre na tentativa de corrigir seus equívocos e que, o fiscal da Lei seria sempre o Ministério Público. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do Senhor *Nelson Rossato, Renata Machado Soares, jovem Amanda Maria Oliveira Barbosa e ex-vereador José Otávio Franco de Carvalho*. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, comunicou a realização de uma reunião, entre vereadores, no plenário, após o término da sessão, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 20h45, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.